

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Valores expressos em Reais (R\$), salvo indicação em contrário.

NOTA 1 — CONTEXTO OPERACIONAL E BASE DE ELABORAÇÃO

1.1 Contexto

A Ilumina Barreiras SPE S/A (doravante "Companhia" ou "Ilumina Barreiras") é uma sociedade anônima de propósito específico, constituída exclusivamente para a execução do Contrato de Parceria Público-Privada de iluminação pública do Município de Barreiras, Estado da Bahia, cujas atividades abrangem:

- (i) desenvolvimento, expansão e modernização da rede, incluindo implantação de telegestão;
- (ii) efficientização energética;
- (iii) operação e manutenção preventiva, corretiva e emergencial da infraestrutura;
- (iv) responsabilidade pela destinação e logística reversa de resíduos gerados na concessão;
- (v) interface e tratativas junto à empresa distribuidora de energia;
- (vi) exploração de atividades acessórias autorizadas; e
- (vii) implementação de soluções de cidades inteligentes, na condição de atividade acessória autorizada, por meio da infraestrutura da concessão.

O exercício de 2025 corresponde a um período de execução contratual caracterizado pela fase simultânea de investimentos intensivos de modernização (CAPEX) e da prestação dos serviços de operação e manutenção (OPEX), com reconhecimento de Receita de Construção, Ativo Financeiro de Concessão e Estoques de materiais para obra.

1.2 Base de Elaboração e Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas contábeis brasileiras emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), convergidas com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), em especial ICPC 01 R1/IFRIC 12 (Contratos de Concessão de Serviços), CPC 47/IFRS 15 (Receita de Contratos com Clientes), CPC 32/IAS 12 (Tributos sobre o Lucro), CPC 25/IAS 37 (Provisões e Contingências), CPC 48/IFRS 9 (Instrumentos Financeiros) e demais pronunciamentos e interpretações aplicáveis às operações da Companhia.

1.3 Moeda Funcional e de Apresentação

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras é o Real brasileiro (R\$). Todas as transações são realizadas em moeda nacional.

1.4 Continuidade Operacional

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta Reservas de Lucros de R\$ 123.887,14 e passivo circulante (R\$ 2.384.691,80) superior ao saldo de caixa e equivalentes de caixa disponível (R\$ 176.777,75). A Administração avaliou esses indicadores e concluiu que não há dúvida relevante sobre a continuidade operacional da Companhia, uma vez que a estrutura patrimonial decorre predominantemente de efeitos contábeis não-caixa inerentes ao modelo de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01), e não de deterioração operacional ou de incapacidade de pagamento, conforme detalhado nas Notas 4 e 6.

NOTA 2 — PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Reconhecimento de Receitas — Contratos de Concessão

Em contratos regidos pelo IFRIC 12 (ICPC 01 R1), os ativos construídos não são reconhecidos como imobilizado próprio, pois o controle da infraestrutura permanece com o Poder Concedente e os bens são reversíveis ao término do contrato. O investimento de modernização é registrado como Ativo Financeiro, representando o direito contratual de receber fluxos de caixa do Município. A Receita de Construção é reconhecida ao longo do tempo, proporcionalmente ao avanço físico executado (Método do Percentual de Conclusão — POC), em conformidade com o CPC 47/IFRS 15, uma vez que a Companhia executa e transfere o controle dos serviços ao Poder Concedente à medida que as obras avançam.

2.2 Ativo Financeiro de Concessão

O Ativo Financeiro de Concessão representa o direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente em contrapartida pelos serviços de construção e modernização prestados, sendo reconhecido em conformidade com o IFRIC 12 (ICPC 01 R1). É mensurado inicialmente pelo valor justo dos serviços prestados e, subsequentemente, pelo custo amortizado com base na taxa efetiva de juros, nos termos do CPC 48/IFRS 9. A parcela corrente reflete os recebimentos esperados nas próximas 12 competências decorrentes das contraprestações municipais.

2.3 Tributos Diferidos

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases contábil e fiscal, conforme o CPC 32/IAS 12, com destaque para a diferença entre a Receita de Construção reconhecida por competência e sua tributação no momento do efetivo recebimento. Os Ativos Fiscais Diferidos sobre prejuízos fiscais são reconhecidos quando há expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização. Cabe destacar que, para fins fiscais, a legislação brasileira (Lei nº 9.430/96) impõe limite de utilização de prejuízos fiscais acumulados de 30% do lucro tributável apurado em cada período, restrição de natureza exclusivamente fiscal que não altera o critério contábil de reconhecimento estabelecido pelo CPC 32.

2.4 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são classificados e mensurados em conformidade com o CPC 48/IFRS 9, de acordo com o modelo de negócio da Companhia e as características dos fluxos de caixa contratuais. Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

2.5 Regime Tributário

A Companhia adota o regime de Lucro Real. As alíquotas nominais aplicáveis são: IRPJ 15% (adicional de 10% sobre a parcela da base de cálculo que exceder R\$ 240.000,00 ao ano), CSLL 9%, PIS 1,65% e COFINS 7,6% (regime não cumulativo), totalizando uma alíquota nominal combinada de 34% para IRPJ e CSLL.

NOTA 3 — POSIÇÃO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

3.1 Composição do Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2025 totaliza R\$ 176.777,75, composto por recursos de livre movimentação mantidos em instituições financeiras, conforme detalhado a seguir:

DESCRIÇÃO	TOTAL (R\$)
Caixa Econômica Federal	168.667,23
Banco ABC Brasil	7.899,84
Banco Bradesco	210,68
TOTAL CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	176.777,75

Os recursos são mantidos em contas correntes de livre movimentação. A conta junto à Caixa Econômica Federal representa o maior volume, podendo decorrer de exigência acessória do contrato de financiamento descrito na Nota 6.

3.2 Tributos a Recuperar/Compensar

Os tributos a recuperar registrados no ativo circulante totalizam R\$ 882.608,06, conforme composição:

DESCRIÇÃO	TOTAL (R\$)
COFINS a Recuperar	675.879,85
PIS a Recuperar	146.729,08
IRRF a Recuperar	59.991,83
IRRF s/ Aplic. Financeiras a Recuperar	7,30
TOTAL TRIBUTOS A RECUPERAR	882.608,06

Os créditos de PIS e COFINS decorrem do regime não cumulativo aplicável ao Lucro Real, sendo passíveis de compensação com outros tributos federais ou de ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

3.3 Estoques

O saldo de estoques em 31 de dezembro de 2025 totaliza R\$ 619.585,44, composto por materiais destinados à execução das obras de modernização e ao almoxarifado operacional:

DESCRIÇÃO	TOTAL (R\$)
Estoque de Serviços — Luminárias de LED Completas	147.942,74
Estoque de Serviços — Telegestão	900,00
Estoque de Serviços — Postes, Braços e Ferragens	305.376,62
Estoque de Serviços — Material	149.721,53
Estoque de Serviços — Relé Fotoeletrônico	2.589,05
Almoxarifado — EPI	9.488,59
Almoxarifado — EPC	1.217,28
Almoxarifado — Ferramental	2.349,63
TOTAL ESTOQUES	619.585,44

Os estoques são avaliados pelo método do Custo Médio Ponderado, ao menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido, em conformidade com o CPC 16 (R1). Em 31 de dezembro de 2025, não foram identificadas evidências de obsolescência ou necessidade de ajuste ao valor realizável líquido.

3.4 Intangível — Estruturação e Estudo da Concessão

O Intangível registrado pela Companhia refere-se aos gastos de estruturação técnica, jurídica e financeira incorridos para viabilizar e formalizar o Contrato de Concessão do Município de Barreiras/BA, capitalizados em conformidade com o ICPC 01 (R1) e o CPC 04 (Ativo Intangível), por representarem benefícios econômicos futuros associados à exploração da concessão.

DESCRIÇÃO	TOTAL (R\$)
Custos de Aquisição (Estruturação e Estudo da Concessão)	2.966.407,88
(-) Amortização Acumulada em 31/12/2025	(578.068,77)
VALOR CONTÁBIL LÍQUIDO EM 31/12/2025	2.388.339,11

O ativo é amortizado pelo método linear, ao longo do prazo total do Contrato de Concessão, por refletir o período em que a Companhia auferirá os benefícios econômicos decorrentes da estruturação realizada.

3.5 Composição das Obrigações Tributárias Correntes

As obrigações tributárias correntes registradas no passivo circulante em 31 de dezembro de 2025 totalizam R\$ 320,53, referentes a tributos retidos e contribuições apuradas por competência com vencimento no exercício seguinte:

DESCRIÇÃO	TOTAL (R\$)
INSS Retido a Recolher	218,70
CRF a Recolher	79,67
IRRF a Recolher	22,16
TOTAL OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	320,53

A apuração do IRPJ e da CSLL pelo Lucro Real resultou em base de cálculo negativa (prejuízo fiscal) antes do reconhecimento dos tributos diferidos, não gerando tributo corrente a pagar no exercício de 2025, conforme demonstrado na Nota 5.

3.6 Obrigações Sociais e Trabalhistas

As obrigações com pessoal e sociais registradas no passivo circulante em 31 de dezembro de 2025 totalizam R\$ 74.052,03, assim compostas:

DESCRIÇÃO	TOTAL (R\$)
Salários e Ordenados a Pagar	16.324,97
INSS a Recolher	9.298,45
FGTS a Recolher	3.483,15
IRRF s/ Salário a Recolher	506,77
Provisão para Férias	39.049,89
Provisão FGTS sobre Férias	3.123,90
Provisão INSS sobre Férias	2.264,90
TOTAL OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	74.052,03

NOTA 4 — ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO (IFRIC 12)

4.1 Composição e Natureza

O Ativo Financeiro representa o direito contratual da Ilumina Barreiras de receber fluxos de caixa do Município de Barreiras em contrapartida ao investimento realizado em construção e modernização da infraestrutura de iluminação pública, mensurado pelo percentual de avanço físico já executado e reconhecido pelo método da taxa efetiva de juros, em conformidade com o ICPC 01 R1/IFRIC 12 e o CPC 48/IFRS 9.

DESCRIÇÃO	PARCIAL (R\$)	TOTAL (R\$)
ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO — 31/12/2025		
Ativo Financeiro — Circulante	2.376.523,20	
Ativo Financeiro de Concessão — Não Circulante	8.430.083,78	
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO		10.806.606,98

O ativo financeiro é mensurado pelo custo amortizado com base na taxa efetiva de juros de 9,40% ao ano, correspondente à TIR do projeto utilizada na modelagem financeira atrelada ao contrato de concessão, em conformidade com o CPC 48/IFRS 9. A Receita de Construção é reconhecida pelo Método do Percentual de Conclusão (POC), que indicou um percentual total de execução da obra acumulado até 31 de dezembro de 2025 de 60,06%, apurado pela relação entre o CAPEX realizado acumulado e o CAPEX total orçado, nos termos do CPC 47/IFRS 15.

4.2 Estoques de Materiais para Modernização

A Companhia mantém estoques de materiais destinados às obras de modernização, conforme demonstrado na Nota 3.3, no montante total de R\$ 606.529,94. Os estoques destinados à construção ainda não capitalizados ao Ativo Financeiro compreendem luminárias de LED, telegestão, postes, braços, ferragens e demais materiais elétricos.

NOTA 5 — RESULTADO DO EXERCÍCIO

5.1 Resultado Contábil

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) reflete o comportamento típico de contratos de concessão em fase de execução (ICPC 01/CPC 47), no qual os efeitos não-caixa de construção, modernização e tributos diferidos impactam o resultado contábil sem corresponder a desembolsos ou ingressos efetivos de caixa. No exercício de 2025, a Companhia apurou Lucro Líquido de R\$ 65.634,53.

5.2 Desagregação da Receita Operacional Bruta

Em atendimento ao CPC 47/IFRS 15, a Receita Operacional Bruta do exercício de 2025, no montante de R\$ 2.787.701,22, está assim desagregada por natureza:

DESCRIÇÃO	TOTAL (R\$)
Receita de Construção — Modernização da Infraestrutura (Corrente)	1.380.289,32
Receita de Operação e Manutenção (Corrente)	1.398.738,79
Outras Receitas Operacionais	8.673,11
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	2.787.701,22

A Receita de Construção é reconhecida ao longo do tempo pelo Método do Percentual de Conclusão (POC), sendo convertida em Ativo Financeiro (Nota 4) sem ingresso de caixa imediato. A Receita de Operação e Manutenção corresponde à Contraprestação Mensal Municipal (CMM) devida pelo Município em razão dos serviços de operação e manutenção prestados, reconhecido mês a mês pelo regime de competência, com expectativa de realização financeira de curto prazo.

5.3 Efeitos Não-Caixa

O resultado do exercício de 2025 apresenta impactos não-caixa inerentes ao modelo de regulação de contratos de concessão. No período, foi reconhecida receita de construção pelo Método do Percentual de Conclusão (POC), sem representar entrada efetiva no fluxo de caixa operacional. Foram reconhecidos tributos diferidos ativos em decorrência do prejuízo fiscal apurado no exercício.

DESCRIÇÃO	PARCIAL (R\$)	TOTAL (R\$)
(+/-) Efeitos Não-Caixa		
(+) Receita de Construção (POC)	1.380.289,32	
(+) Tributos Diferidos Ativos — Prejuízo Fiscal/Base Negativa	641.576,00	
EFEITO LÍQUIDO NÃO-CAIXA		2.021.865,32

Os ativos fiscais diferidos foram reconhecidos em decorrência do prejuízo fiscal apurado no exercício de 2025, no montante de R\$ 1.957.576,48, resultante da exclusão da receita de construção (POC) de R\$ 1.380.289,32 e da adição de R\$ 1.345,68 referente a multas de caráter punitivo. O reconhecimento observa a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com teto de compensação de 30% do lucro de cada período, conforme legislação tributária vigente (Lei nº 9.430/96).

O valor reconhecido como receita de IRPJ e CSLL na DRE (R\$ 641.576,00) é superior ao saldo líquido ativado no balanço patrimonial (R\$ 509.159,36), uma vez que R\$ 132.416,64 foram utilizados para absorver saldos passivos de IRPJ e CSLL constituídos em exercícios anteriores, resultando no registro líquido do ativo diferido no exercício corrente.

NOTA 6 — EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS — BRADESCO**6.1 Empréstimo Bradesco — Contrato nº 17236924**

A Companhia possui operação de crédito junto ao Banco Bradesco S.A. — Contrato nº 17236924, mensurada ao custo amortizado pela taxa efetiva de juros, nos termos do CPC 48/IFRS 9.

DESCRIÇÃO	PARCIAL (R\$)	TOTAL (R\$)
Valor bruto total — Passivo Circulante (CP)	3.599.608,32	
(-) Encargos Financeiros a Apropriar — CP	(1.424.052,76)	
SALDO LÍQUIDO — PASSIVO CIRCULANTE		2.175.555,56
Valor bruto total — Passivo Não Circulante (LP)	12.598.629,12	
(-) Encargos Financeiros a Apropriar — LP	(4.984.184,68)	
SALDO LÍQUIDO — PASSIVO NÃO CIRCULANTE		7.614.444,44
SALDO TOTAL EM 31/12/2025		9.790.000,00

6.2 Encargos Financeiros

As despesas financeiras totais reconhecidas pela Companhia no exercício, registradas na DRE, totalizam R\$ 462.558,35. Desse montante, R\$ 153.387,92 referem-se aos encargos financeiros transcorridos sobre o contrato de financiamento, apropriados pelo regime de competência no período. Os R\$ 309.170,43 remanescentes são compostos por despesas financeiras da atividade geral da Companhia, incluindo juros, tarifas, remuneração de instituição financeira depositária e demais encargos operacionais do exercício.

DESCRIÇÃO	TOTAL (R\$)
Encargos do Contrato nº 17236924	
Encargos Financeiros Transcorridos	153.387,92
SUBTOTAL	153.387,92
Despesas Financeiras Gerais	
Juros Pagos ou Incorridos	225.872,60
Tarifas Bancárias	8.118,33
Descontos Financeiros Concedidos	3.950,27
Multas e Acréscimos Financeiros	1.345,68
IOF	17,71
Remuneração da Instituição Financeira Depositária	69.850,00
Juros Bancários	15,84
SUBTOTAL	309.170,43
TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	462.558,35

O contrato de financiamento foi celebrado em condições de mercado, sem vínculo societário com a Ilumina Barreiras ou seus acionistas.

NOTA 7 — CAPITAL SOCIAL E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

7.1 Capital Social

O capital social da Companhia é totalmente subscrito e integralizado em R\$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais), representado por ações ordinárias nominativas.

7.2 Reservas de Lucros

DESCRIÇÃO	TOTAL (R\$)
Reserva Legal	19.670,04
Reserva de Lucros a Realizar	104.217,10
TOTAL RESERVAS DE LUCROS	123.887,14

A Reserva Legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social. No exercício de 2025, foi constituída a parcela de R\$ 3.281,73 (5% sobre o lucro líquido de R\$ 65.634,53), acumulando saldo total de R\$ 19.670,04, incluindo constituições de exercícios anteriores. A Reserva de Lucros a Realizar foi constituída sobre a parcela do lucro líquido correspondente a receitas não realizadas financeiramente no exercício, nos termos do art. 197 da Lei nº 6.404/1976.

7.3 Patrimônio Líquido em 31/12/2025

DESCRIÇÃO	PARCIAL (R\$)	TOTAL (R\$)
Capital Social Integralizado	8.500.000,00	
Reservas de Lucros	123.887,14	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.623.887,14

No exercício de 2025, a Companhia apurou Lucro Líquido de R\$ 65.634,53. Em razão do resultado positivo, foram constituídas a Reserva Legal (5% do lucro líquido, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976) e a Reserva de Lucros a Realizar.

O resultado positivo decorre, em sua maior parte, do reconhecimento dos tributos diferidos ativos gerados pelos efeitos não-caixa inerentes ao modelo ICPC 01. A Administração concluiu que não há dúvida relevante sobre a continuidade operacional, fundamentada no fluxo de caixa projetado do contrato de concessão, que assegura a geração de contraprestações municipais ao longo de toda a vigência contratual.

NOTA 8 — GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS**8.1 Risco de Crédito**

O principal ativo financeiro sujeito a risco de crédito é o Ativo Financeiro de Concessão (Nota 4), no valor total de R\$ 10.806.606,98, representando o direito contratual de receber contraprestações do Município de Barreiras/BA. O risco de inadimplência da contraparte é mitigado pela natureza pública do devedor, pela existência de garantias contratuais e pelo caráter essencial do serviço de iluminação pública.

8.2 Risco de Liquidez

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de caixa e equivalentes é de R\$ 176.777,75, contra passivos circulantes totais de R\$ 2.384.691,80. A parcela corrente do financiamento Bradesco (R\$ 2.175.555,56) é a principal obrigação financeira de curto prazo. A Administração avalia a posição de liquidez como administrável em razão do fluxo mensal de contraprestações do Contrato de Concessão e da geração de caixa operacional.

8.3 Risco de Mercado — Taxa de Juros

O empréstimo junto ao Banco Bradesco está sujeito a encargos contratuais sobre o saldo devedor. A Companhia não opera com instrumentos derivativos.

8.4 Risco Cambial

Todas as transações da Companhia são realizadas em Reais. Não há ativos ou passivos denominados em moeda estrangeira e, portanto, a Companhia não está exposta a risco cambial.

NOTA 9 — PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES**9.1 Contingências Fiscais, Trabalhistas e Cíveis**

A Companhia registra no Ativo Realizável a Longo Prazo o montante de R\$ 17.528,07, referente a depósito judicial vinculado a processo em curso, cuja natureza e desfecho estão sendo acompanhados pela assessoria jurídica da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025, não foram identificados processos judiciais ou administrativos com probabilidade de perda classificada como provável ou possível que exijam reconhecimento ou divulgação nos termos do CPC 25/IAS 37, não havendo, portanto, provisões constituídas a esse título.

NOTA 10 — GARANTIAS E SEGUROS**10.1 Garantias Contratuais**

A Companhia mantém depósito caução no valor de R\$ 19.500,00, registrado no Ativo Realizável a Longo Prazo, referente a garantia locatícia do imóvel utilizado em suas operações, com previsão de devolução ao término da vigência contratual.

Adicionalmente, nos termos do contrato de concessão firmado com o Município de Barreiras/BA, a Companhia mantém garantias contratuais de execução e operação, incluindo seguros de Responsabilidade Civil e de Riscos de Engenharia, vigentes e em conformidade com as exigências contratuais.

NOTA 11 — EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes de natureza adversa ou que alterem materialmente os saldos reportados, mantendo-se o cronograma regular de amortização do financiamento junto ao Banco Bradesco e a continuidade das obras de modernização do parque de iluminação pública de Barreiras/BA.

Barreiras/BA, 27 de abril de 2026.